

**Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeira de Minas,
realizada em 02 de julho de 2019.**

Aos dois dias do mês de julho de dois mil e dezenove, às dezenove horas, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cachoeira de Minas, Estado de Minas Gerais, no salão a ela destinado, sob a presidência da vereadora Sra. Marcelha Regina Figueiredo Matos. Feita a chamada, verificou-se a presença de todos os vereadores. Havendo, portanto, número regimental, a Sra. Presidente declarou aberta a sessão e convidou a todos para as orações de costume. Lida a ata da reunião anterior, a mesma foi aprovada por oito votos, sem retificações. Em seguida, o Sr. Secretário fez a leitura dos ofícios recebidos do Executivo, das correspondências recebidas de diversos e das proposições a darem entrada na referida sessão, sendo: Indicação nº 14/2019, de autoria do Vereador Sr. Diogo Augusto Aparecido Ribeiro, que reitera o pedido da indicação nº 97/2017, no sentido de estudar a possibilidade de criar por meio de Projeto de Lei, bonificação por conservação de veículos da frota municipal; Requerimento nº 23/2019, de autoria dos Vereadores Srs. Diogo Augusto Aparecido Ribeiro, Paulo Dionísio Filho e Vera Lucia Costa e Silva, solicitando seja concedido o regime de urgência especial para tramitação do Projeto de Lei Complementar n.º 05/2019, sendo dispensados os interstícios mínimos de votação entre o primeiro e o segundo turnos, procedendo a votação dos dois turnos nessa reunião; Requerimento nº 24/2019, de autoria dos Vereadores Srs. Paulo Dionísio Filho, Diogo Augusto Aparecido Ribeiro e Vera Lucia Costa e Silva, solicitando seja concedido o regime de urgência especial para tramitação do Projeto de Lei n.º 20 /2019, sendo dispensados os interstícios mínimos de votação entre o primeiro e o segundo turnos, procedendo a votação dos dois turnos nessa reunião; Requerimento nº 25/2019, de autoria dos Vereadores Srs., Paulo Dionísio Filho, Diogo Augusto Aparecido Ribeiro e Vera Lucia Costa e Silva, solicitando seja concedido o regime de urgência especial para tramitação do Projeto de Lei n.º 21 /2019, sendo dispensados os interstícios mínimos de votação entre o primeiro e o segundo turnos, procedendo a votação dos dois turnos nessa reunião. Na parte destinada à **ORDEM DO DIA**, para **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICA** o Requerimento nº 23/2019, de autoria dos Vereadores Srs. Diogo Augusto Aparecido Ribeiro, Paulo Dionísio Filho e Vera Lucia Costa e Silva, solicitando seja concedido o regime de urgência especial para tramitação do Projeto de Lei Complementar n.º 05/2019, sendo dispensados os interstícios mínimos de votação entre o primeiro e o segundo turnos, procedendo a votação dos dois turnos nessa reunião, foi aprovado por oito votos; o Requerimento nº 24/2019, de autoria dos Vereadores Srs. Paulo Dionísio Filho, Diogo Augusto Aparecido Ribeiro e Vera Lucia Costa e Silva, solicitando seja concedido o regime de urgência especial para tramitação do Projeto de Lei n.º 20 /2019, sendo

dispensados os interstícios mínimos de votação entre o primeiro e o segundo turnos, procedendo a votação dos dois turnos nessa reunião, foi aprovado por oito votos; o Requerimento nº 25/2019, de autoria dos Vereadores Srs. Paulo Dionísio Filho, Diogo Augusto Aparecido Ribeiro e Vera Lucia Costa e Silva, solicitando seja concedido o regime de urgência especial para tramitação do Projeto de Lei nº 21/2019, sendo dispensados os interstícios mínimos de votação entre o primeiro e o segundo turnos, procedendo a votação dos dois turnos nessa reunião, foi aprovado por oito votos. Para **PRIMEIRA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO** o Projeto de Lei Complementar nº 05/2019, de autoria do Executivo, que cria cargos de provimento efetivo para o quadro permanente da Educação do Município de Minas - Lei Complementar 06/2010, e dá outras providências, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento foi aprovado por oito votos; o Projeto de Lei nº 20/2019, de autoria do Executivo, que cria cargos de provimento efetivo e aumenta número de vagas em cargos de provimento efetivo no quadro de pessoal do Município de Cachoeira de Minas e dá outras providências, com pareceres das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento, foi aprovado por oito votos; a Emenda Modificativa nº 01/2019, de autoria das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento, ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 20/2019, foi aprovada por oito votos; o Projeto de Lei nº 21/2019, de autoria do Executivo, que cria cargos de provimento efetivo e aumenta número de vagas em cargos de provimento efetivo no quadro de pessoal do Município de Cachoeira de Minas e dá outras providências, com pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento, foi aprovado por oito votos; a Emenda Modificativa nº 01, de autoria das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento, que modifica o artigo 1º do Projeto de Lei nº 21/2019, foi aprovada por oito votos; a Emenda Modificativa nº 02, de autoria das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento, que modifica o anexo I do Projeto de Lei nº 21/2019, foi aprovada por oito votos; a Emenda Aditiva nº 01, de autoria das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento, ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 21/2019, que acrescenta o parágrafo único ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 21/2019, foi aprovada por oito votos. Para **SEGUNDA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO** o Projeto de Lei nº 15/2019, de autoria do Executivo, que revoga a Lei Municipal nº 2544/2018, que cria cargo comissionado de Coordenador no quadro de Pessoal do Município de Cachoeira de Minas, foi aprovado por oito votos; o Projeto de Lei nº 16/2019 (vencido em 1º turno), do Executivo, que autoriza o Executivo Municipal a firmar Convênio com DEER/MG - Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais, foi aprovado por oito votos; o Projeto de Lei nº 17/2019, de autoria do Executivo, que autoriza o Executivo Municipal a proceder a obras de manutenção e recuperação de calçadas da Rodovia MG 173, foi aprovado por oito votos; o Projeto de Lei nº 18/2019, de autoria da Mesa Diretora, que revoga os artigos

1º, 2º e 3º da Lei nº 2.546, de 07/11/2018, que dispõe sobre a criação de cargo comissionado de Assessor Legislativo da Câmara Municipal de Cachoeira de Minas, foi aprovado por oito votos. Submetidos a **SEGUNDA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO**, de acordo com os Requerimento de nº 23, 24 e 25/2019, o Projeto de Lei Complementar nº 05/2019, de autoria do Executivo, que cria cargos de provimento efetivo para o quadro permanente da Educação do Município de Minas - Lei Complementar 06/2010, e dá outras providências, foi aprovado por oito votos; o Projeto de Lei nº 20/2019 (vencido em 1º turno) de autoria do Executivo, que cria cargos de provimento efetivo e aumenta número de vagas em cargos de provimento efetivo no quadro de pessoal do Município de Cachoeira de Minas e dá outras providências, foi aprovado por oito votos; o vereador Sr. Diogo Augusto Aparecido Ribeiro solicitou, nos termos do art. 200 do Regimento Interno, a dispensa da leitura da redação final da referida proposição, sendo o requerimento aprovado por oito votos; o Projeto de Lei nº 21/2019 (vencido em 1º turno), de autoria do Executivo, que cria cargos de provimento efetivo e aumenta número de vagas em cargos de provimento efetivo no quadro de pessoal do Município de Cachoeira de Minas e dá outras providências, foi aprovado por oito votos; o vereador Sr. Diogo Augusto Aparecido Ribeiro solicitou, nos termos do art. 200 do Regimento Interno, a dispensa da leitura da redação final da referida proposição, sendo o requerimento aprovado por oito votos. Nada mais havendo a se tratar, a Sra. Presidente, após agradecer a presença de todos, comunicou que a próxima reunião ordinária da Câmara Municipal será no dia 16 de julho do corrente ano e que a ordem do dia será encaminhada através ofício. Em seguida, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião, do que para constar, eu, Diogo Augusto Aparecido Ribeiro, Secretário, lavrei a presente que, se aprovada será assinada.